

IMPACTO DOS VAZIOS INSTITUCIONAIS NO ALINHAMENTO AOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: Um Olhar sobre a Agenda 2030 nas Instituições Financeiras das Américas

1. INTRODUÇÃO

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável foi lançada em 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU) em conjunto com 193 países, representando um plano de ação coletivamente criado com a intenção de colocar o mundo no caminho da paz, prosperidade com oportunidades para todos em um planeta saudável. Para esse desafio foram estabelecidos 17 objetivos globais denominados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com 169 metas e 232 indicadores, o que tem sido ratificado por governos globais, endossado por reguladores financeiros e grupos da indústria de investidores. Ao incorporar essa Agenda, a comunidade internacional se compromete com metas operacionais que levarão à transformação dos sistemas político, econômico e financeiro para construir um futuro pacífico e próspero para todos, respeitando o meio ambiente.

O monitoramento de dados (*SDG Ambition*, 2020) tem evidenciado que o mundo não tem feito progressos no ritmo e escala necessários ao desenvolvimento sustentável e que há muito por realizar. No período de 2015 a 2019, os indicadores chegaram a apontar melhoria de vida significativa para as pessoas, verificando-se redução da extrema pobreza no mundo, de 15% para 8,2% da população mundial, apresentando queda de 7 pontos percentuais e, portanto, melhoria de vida (*SDSGS/Report*, 2020).

A preços de novembro de 2019, a ONU apontou o capital necessário para atingir todas as 17 metas, estimado entre US\$5 e US\$ 7 trilhões por ano. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) estima que existe lacuna de investimento de US \$ 2,5 trilhões por ano, principalmente em mercados emergentes, com tendências de piora a partir de maio de 2020 por questões associadas à pandemia, dando conta de restrições financeiras, mesmo considerando ação de suporte governamental (*WBCSD*, 2020).

Por outro lado, a estimativa de custos dos 17 ODS à economia global foi calculada em mais de US\$ 10 trilhões (*WBCSD*, 2020). Nesse sentido, podem ser apontados indicadores associados ao desperdício de alimentos no montante de US\$ 1 trilhão, equivalentes à emissão de 3,3 bilhões de toneladas de CO₂ por ano. Igualmente, pode ser mencionado o desemprego estrutural em países da OCDE, com tendência crescente após a Covid-19 (*WBCSD*, 2020).

Para o Grupo Financeiro Standard Chartered (2020), esse valor estaria disponível em fundos privados e não aplicados e que podem ser mobilizados para ajudar a trazer fôlego para o alcance das metas dos ODS. Ainda assim, a realidade que emerge dos fatos evidenciou grande desigualdade ao identificar que mais de 700 milhões de pessoas ainda continuaram na extrema miséria, sobrevivendo com menos de US\$2 por dia e mais de 821 milhões de indivíduos subnutridos (*SDG Report*, 2020). Tais indicadores refletem a demanda de ação que pode ser desencadeada para tentar mudar a realidade até 2030. As condições de desigualdade revelam a ausência de oportunidades e falta de acesso a recursos, considerando 25 milhões de pessoas em situação de trabalho forçado nas cadeias de suprimento globais, mais de 152 milhões de casos de trabalho infantil e mais de 750 milhões de adultos e de 600 milhões de crianças não alfabetizados (*sustainable development*, 2020). Esses dados mostram ainda que 3,7 bilhões de pessoas não têm acesso à internet, e 1,7 bilhões de adultos não têm acesso a serviços bancários-

Os desafios apresentados pelos ODS refletem a existência de riscos regulatórios, éticos e operacionais, que podem ser financeiramente materiais em todos os setores, empresas, regiões e países. As ações de operacionalização ou mesmo falhas nos mecanismos de gestão e governança global, afetarão todos os países e setores em maior ou menor escala e, como tal, criará riscos macrofinanceiros. O Relatório Global de Riscos divulgado pelo *World Economic Forum* (WEF, 2020) relata o confronto econômico ao tempo em que pontua sobre o ambiente

global, sua complexidade e instabilidade, que se reflete de forma diversificada com maior ou menor peso em nações distintas, nas relações institucionais e no ambiente político-legal, ao tempo em que a turbulência geopolítica aponta retrocessos no multilateralismo com alerta de risco global em curto prazo, agravado por questões socioambientais que ameaçam a sociedade no longo prazo. Isso evidencia a necessidade de adotar nova estratégia econômica, mudar a forma de fazer negócios e empreender com respeito os seres vivos, à natureza (WEF, 2020).

Por sua vez, a situação atual trazida pelo Relatório de Riscos Globais 2021 (WEF, 2021) reflete o alto custo humano e econômico imediato da Covid-19, ressaltando que ainda não se sabe todo o ônus da pandemia. Assim, essa situação ameaça reduzir anos de avanços na redução da pobreza e da desigualdade, dificultando ainda mais a coesão social e a cooperação global.

Estimativas recentes afirmam que a geração de recursos mundiais tem alta dependência da natureza, biodiversidade e ecossistemas, representando valor da ordem de 44 trilhões de dólares de valor econômico gerado. Isso equivale a mais da metade do PIB total mundial (WEF & PwC, 2020). Com isso, torna-se desejável a existência de arranjos institucionais que possam dar suporte em situações de crises e seus riscos associados, garantir o bem-estar social, buscar prosperidade e sustentabilidade para o planeta. Nessa direção justifica-se a expectativa de um sistema financeiro global que funcione para todos, canalizando capital e investimento para atividades que beneficiem sociedades e economias em grande escala: Instituições Financeiras comprometidas com as pautas de sustentabilidade, e Finanças Sustentáveis.

A partir desse contexto questiona-se como **as instituições financeiras** estão alinhadas aos ODS e agenda 2030? qual o perfil de alinhamento por região e qual o grau de adesão às pautas de Finanças Sustentáveis? Qual a adesão a Agenda 2030 e aos ODS em localidades com lacunas de atuação institucional? Com isso interpõe-se a seguinte pergunta de pesquisa: *Qual o impacto dos Vazios Institucionais no alinhamento aos ODS e Agenda 2030 por instituições financeiras?* Em especial, a pesquisa dá ênfase às entidades de serviços financeiros das Américas do Norte, América Latina e Caribe. Essa região foi selecionada por seu *status* de muitos contratos socioeconômicos, evidência de controvérsias institucionais e na gestão e políticas e uso de recursos naturais, oportunizando análise da situação. Assim, o trabalho tem como objetivo: *Analisar como os Vazios Institucionais impactam no alinhamento de Instituições Financeiras (IF) aos ODS e Agenda 2030.*

Para operacionalizar esse objetivo, o presente trabalho: a) caracteriza as Instituições Financeiras (IF) estudadas a partir das atividades, região de atuação, pautas de sustentabilidade prevalentes; b) apresenta os principais ODS adotados e a prevalência de alinhamento por região e atividade financeira; c) identifica os Vazios institucionais; e d) verifica o impacto dos vazios institucionais. O estudo é descritivo, explicativo, quantitativo e transversal com corte no período pandêmico de 2021 tendo como população-alvo as entidades de serviços financeiros das Américas do Norte, América Latina e Caribe, que aderem como signatários e membros da Iniciativa da ONU para Finanças e Meio ambiente (UNEPFI) e suas pautas de sustentabilidade.

Além da introdução que contextualiza o tema, a pesquisa apresenta revisão da literatura acerca ODS, Vazios Institucionais e expõe procedimentos metodológicos, resultados com análise e conclusões.

1. ODS – OVERVIEW E BREVE RETROSPECTIVA

O discurso da sustentabilidade tem procurado harmonizar três pilares: o financeiro, o pensamento emergente sobre o meio ambiente e o enfoque na prosperidade econômica com justiça social. (ELKINGTON, 2001). A partir das diretrizes de Desenvolvimento sustentável, emergiram propostas voltada ao uso do planeta com parcimônia. Tempos depois isso se traduziria na criação de comitês mundiais, em fóruns de governança globais, em objetivos e metas para as nações com adesão crescente. Surgem, assim, as conferências sistemáticas das Partes (COP), convenções e tratados climáticos.

Nos anos 2000, foram lançados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) (2000 a 2015), como parte de um Protocolo Internacional da Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas (ONU), que representaram 8 grandes metas, 8 jeitos de mudar o mundo, consistindo em grandiosos desafios sociais.

No mesmo período, derivado das Declarações e Convenções da ONU, aconteceu a fundação da iniciativa do Pacto Global, como estrutura ética e prática direcionada às estratégias corporativas, com princípios universais representativos de valores fundamentais que os negócios devem incorporar em suas estratégias e operações diárias (UNGC, 2020).

Em 2004, o então secretário da ONU, Kofi Annan ressaltou a importância do Pacto Global para viabilizar a adesão de empresas para apoiar o crescimento social e econômico inclusivo e equitativo. Os Princípios são diretrizes para o alinhamento das operações comerciais aos valores e princípios universalmente compartilhados, pode fortalecer laços com contrapartes progressistas e responsáveis na economia global.

Em 2015, foi assinado novo protocolo internacional com 193 países para a realização de ações de longo prazo voltadas à melhoria de vida no planeta como compromisso das nações, Instituições públicas e setor privado. Esse compromisso ficou conhecido como Agenda 2030 e estabeleceu 17 objetivos globais, com 169 Metas, a serem alcançadas num esforço conjunto, que definiu a estratégia mundial para os anos seguintes e resultou do diálogo entre governos e sociedade civil, construído desde a grande conferência conhecida como “Rio +20”.

No cerne dessa estratégia estão os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), um apelo à ação de todos os países – desenvolvidos e em desenvolvimento – em uma parceria global. Os ODS sucedem ao ciclo dos ODM e incluem novas temáticas ao desenvolvimento sustentável tais como: indústria, inovação, infraestrutura, trabalho, crescimento econômico, paz e justiça, mudanças climáticas.

Já em 2016, o secretário geral Ban Ki-Moon manifestou sua percepção acerca do poder de desencadear contribuições para a sustentabilidade e para as práticas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção. Em 2018, o Secretário Geral da ONU, Antônio Guterres, conclamou as empresas a aproveitarem esse impulso, para “fazer com que as Metas Globais pudessem ser um negócio local”. Isso representa alinhamento à sustentabilidade e comprometimento com valores humanistas e a realização de ações responsáveis e seu alcance requer envolvimento e liderança do setor privado (GUTERRES, 2018).

Em setembro de 2019, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou a Década de Ação para cumprir os ODS, para acelerar os esforços para cumprir a Agenda 2030. O Secretário-Geral das Nações Unidas convocou todos os setores da sociedade a se mobilizarem para a Década de Ação em três níveis: a) Ação global: para garantir maior liderança, mais recursos e soluções mais inteligentes para os ODS; b) Ação local: para incorporar as transições necessárias nas políticas, orçamentos, instituições e estruturas regulatórias de governos, cidades e autoridades locais; e c) Ação popular: mobilizar jovens, sociedade civil, mídia, setor privado, sindicatos, academia e demais *stakeholders* para gerar um movimento imparável pelas transformações necessárias (UNA-UK SDGs BUILDING).

O Investimento para impacto da sustentabilidade envolve a influência de investidores na decisão de alocação de recursos direcionados às dimensões social e ambiental das empresas, bem como a atitude dos formuladores de políticas, os legisladores e terceiros para esse fim (FRESHFIELDS, 2021). As metas de impacto da sustentabilidade podem potencialmente assumir muitas formas, tais como mudança em um processo de negócios para reduzir os resultados negativos de sustentabilidade produzidos por uma empresa, ou o lançamento de empresa que gere resultados positivos por meio de divulgações de sustentabilidade empresarial de alta qualidade para informar as decisões de investimento e gestão orientada para o impacto e engajamento de políticas. (FRESHFIELDS, 2021).

2. ALINHAMENTO AOS ODS

As empresas podem desempenhar um papel crucial na implementação de estratégias orientadas para a sustentabilidade em relação aos ODS. A Agenda 2030 convida a liderança a integrar os ODS no planejamento estratégico e a articular um propósito claro apoiado em metas de longo prazo (SDG COMPASS, 2016).

Ao avaliar o alinhamento da empresa com os ODS, a **MSCI** – Morgan Stanley, faz considerações essenciais para o modelo de alinhamento, tomando produtos, serviços, práticas e operações das firmas e propõe a seguinte ferramenta para avaliação (quadro 1). A MSCI é fornecedora global de produtos de mercado e índices de avaliação, ferramentas e serviços de suporte a decisões críticas para a comunidade global de investimentos, inclusive índices ESG e possui tradição em indicadores de sustentabilidade.

Grau de Alinhamento	Quanto aos Produtos	Quanto às Práticas
Fortemente desalinhado	A maioria dos produtos da empresa tem impacto adverso no ODS	Empresa está envolvida em uma ou mais controvérsias graves relacionadas ao ODS
Desalinhado	Alguns dos produtos e / ou operações da empresa têm impacto adverso no ODS	Empresa está envolvida em uma ou mais controvérsias relacionadas ao ODS
Neutro	Produtos não têm impacto significativo - positivo ou negativo - em relação ao ODS	Operações não têm impacto significativo - positivo ou negativo - em relação ao ODS
Alinhado	A empresa oferece alguns produtos e soluções alinhados aos ODS	Mostra evidências de políticas, compromissos e práticas alinhadas com os ODS
Fortemente Alinhado	A maioria dos produtos da empresa tem impacto positivo no ODS	Políticas, práticas e desempenho da empresa estão fortemente alinhados com o ODS

Quadro 1: Alinhamento dos ODS quanto aos produtos e operações

Fonte: MSCI ESG Research LLC (2020)

Esta abordagem de Alinhamento de Rede ODS é projetada para permitir tomada de decisão, seja para definição de diretrizes, políticas públicas, desenvolvimento de produtos ou para atender investidores institucionais que esperam relatos e métricas em torno do alinhamento necessárias, a cumprir os mandatos do cliente e a demanda crescente para canalizar capital para atender aos objetivos traçados pelos ODS. Uma avaliação geral do alinhamento aos ODS que verifica a integração dos ODS na ação empresarial pode usar a ferramenta a seguir (Quadro 2)

Mais Alinhado	Sem avaliações fortemente desalinhadas em nenhum ODS Maior número geral de ODSs alinhados do que desalinhados
Alinhado	Maior número geral de ODSs alinhados do que desalinhados,
Desalinhado	Maior número geral de ODSs desalinhados do que alinhados
Mais Desalinhado	Maior número geral de ODSs desalinhados do que alinhados

Quadro 2: Alinhamento dos ODS quanto à intensidade

Fonte: MSCI ESG Research LLC. (2020).

Em que pesem tantas ações e realizações, em muitos países e localidades de economias desenvolvidas, as dificuldades se mostram muito grandes em nações emergentes e países pobres. Essa situação pode ser ilustrada por indicadores que evidenciam a necessidade de engajar a sociedade e a iniciativa privada, a exemplo dos relatórios de risco global e sinalizações do FMI quanto aos aumentos de gastos sociais, possibilidades de revisar as políticas fiscais domésticas e globais que atendam essas demandas (SACHS et al., 2021).

3. O PAPEL DOS VAZIOS INSTITUCIONAIS

A Institucionalização contempla os processos sociais e obrigações como *status* de regra no pensamento e na ação social (MEYER; ROWAN, 1983). A par das abordagens,

pode-se resgatar o aspecto sociológico em que DiMaggio e Powell, (1983) mencionam a institucionalização como resultado de processos miméticos que tornam as organizações mais similares, rumo a um isomorfismo, sem torná-las necessariamente mais eficientes.

No aspecto político, Shepsle e Boncheck (1997) ressaltam quatro variáveis explicativas para a caracterização da nova análise institucional: a) a divisão do trabalho e os procedimentos regulares; b) a especialização; c) a jurisdição, que marca o espaço de atuação das instituições, e, por fim, d) a delegação e o monitoramento.

Já no campo econômico, North (1990) pontua que as instituições existem devido à incerteza associada à interação humana, de modo que constituem restrições feitas pelo homem para estruturar a interação social, o que pode levar à prosperidade (NORTH, 1990;1991), reduzir custos de transação pela execução eficiente dos contratos, e levar a desempenho econômico superior, pois garantem direitos de propriedade (SCHRAMMEL, 2013).

Scott (1995) classificou três grandes pilares institucionais. O pilar regulatório ou normativo, que envolve regras formais, como regulamentos e leis, adotados pelas instituições como mecanismos de funcionamento, fiscalização e sanções. Esse pilar estabelece comportamentos prescritivos e obrigatórios, na vida social, onde as instituições determinam o que os atores devem ser e fazer para garantir a aceitação social (SCOTT, 1995). O pilar cognitivo salienta crenças e valores compartilhados pelos agentes nas interações sociais e, assim, as regras se moldam com base na percepção do indivíduo, quanto às ações realizadas no espaço social do entorno, num mundo construído por essas ações e percepções e que considera a cultura da sociedade como um fator relevante para analisar as regras definidas (SCOTT, 1995). Assim, na visão do autor, o bom funcionamento das instituições e do mercado para alcançar sua existência de forma eficiente deve levar em conta atuação dentro do contexto normativo, cognitivo e regulador

No entanto, quando as instituições falham e/ou estão ausentes, surgem lacunas ou vazios institucionais, que geram graves desigualdades sociais. Os vazios institucionais podem ser entendidos como uma falha, na qual existe a ausência de organizações ou instituições de apoio mercado ou falha de política. Segundo a Teoria Institucional, pode-se abordar o vazio institucional como tipos de arranjos institucionais. Tais arranjos que apoiam os mercados estão ausentes, fracos ou não conseguem cumprir o papel que se espera deles e, quando esses vazios estão presentes, é um espaço de oportunidade para empresários motivados (MAIR; MARTI, 2009).

Os Vazios institucionais consideram distintos ângulos de visão, identificando dois tipos principais: sob o ponto de vista econômico, um deles impede o funcionamento do mercado; já na visão de sociólogos, antropólogos e da ciência política, os vazios impedem o desenvolvimento do mercado (MAIR; MARTI, 2009). Esses autores consideram ainda uma visão de que os vazios institucionais podem impedir a participação no mercado, mas abrir a oportunidade para empreendedores

Khanna e Palepu (2013), explicam que mercados emergentes sofrem de “vazios institucionais” como lacunas de apoio ao mercado que fundamentam o funcionamento das economias dos países desenvolvidos. Os autores ressaltam que esses vazios institucionais envolvem incerteza nas estruturas regulatórias e nos mecanismos de aplicação de regras ineficientes, mercados de fatores com mau funcionamento, burocracia excessiva e uma proteção razoável dos direitos de propriedade. Essa situação é corroborada por Hoskisson et al. (2000), ao registrar que as mudanças nas regulamentações do mercado dificultam o planejamento estratégico das empresas por força de incertezas futuras, agravado por regulamentações complicadas que exigem dispêndio de mais recursos para obter licenças e pagar impostos.

Na ausência dos arranjos institucionais (i.e., na presença de vazios institucionais), há muita dificuldade em estabelecer mercados e os resultados necessários, como transparência e

eficiência (MAIR; MARTI, 2009). Com isso, podem ocorrer situações em que grandes grupos de negócios imitam e substituem instituições ausentes como que para garantir a função de mercado em caso de falhas de mercado devido à presença de vazios institucionais (KHANNA; PALEPU, 1997; 2000; KHANNA; PALEPU; SINHA, 2005; KHANNA; RIVKIN, 2006).

4. ELABORAÇÃO DE HIPÓTESES

Os bancos privados e as instituições financeiras fornecem um elo crítico entre os mercados de capital globais e as oportunidades de investimento nos ODS. Seu capital proporciona um acesso mais profundo ao financiamento nos mercados privados, transferindo riscos e transformando a duração dos passivos financeiros.

A intermediação financeira por bancos é crítica porque cria uma ligação entre o capital global e as soluções financeiras privadas que são necessárias para alcançar os ODS, incluindo hipotecas, empréstimos e outras operações de crédito para apoiar a inclusão financeira; para financiar produtos, créditos, arrendamentos relacionados aos ODS como eficiência energética e energias renováveis, economia circular. Considerando a penetração das instituições financeiras nas diversas instâncias da sociedade, por meio de fornecimento de recursos, a oferta de produtos e a prestação de serviço ao cidadão, ao setor produtivo e a outras instituições há um pressuposto de que sua missão lhe confere protagonismo na atuação.

Essa pesquisa tem como sujeitos de estudo as Instituições Financeiras nas Américas, com foco na perspectiva de sua adesão às questões socioambientais e de governança. Nessa direção, pode-se supor que as Instituições Financeiras estejam engajadas em ações estruturantes nas suas regiões de atuação, especialmente aquelas que participam das iniciativas de sustentabilidade podendo assim acelerar a realização dos ODS e propiciar desenvolvimento.

É válido supor que existem diferentes graus de alinhamento aos ODS entre as instituições financeiras das Américas, pelo que são derivadas as seguintes hipóteses:

H1: O alinhamento aos ODS das instituições financeiras participantes da UNEPFI é diferente nas regiões das Américas Latina e Caribe e América do Norte

H2: O Grau de alinhamento aos ODS é maior na região da economia desenvolvida, a América do Norte, que nas economias emergentes, a América Latina e Caribe

Sachs et al. (2021) apontam a existência de problemas e dificuldades ligadas a gastos sociais e fiscais sinalizadas pelo FMI e assim, pode-se supor que esse possível alinhamento se dá por força de diversas questões, o que envolve as regiões geográficas onde se localizam e aos aspectos de desenvolvimento econômico como a adesão às pautas de sustentabilidade, à diversidade de dimensões, ao fator econômico associado às referidas instituições. Desse modo, são derivadas as hipóteses a seguir:

H3: O Grau de alinhamento aos ODS pelas Instituições Financeiras está associado à atividade financeira e é maior na IF signatárias de princípios de sustentabilidade

H4: Os ODS prevalentes estão inseridos na dimensão social, com ênfase na Eliminação da Pobreza, Redução da Desigualdade e na Igualdade de Gênero

H5: O Grau de alinhamento aos ODS é influenciado pelos vazios institucionais

5. METODOLOGIA

Considerando o objetivo, a pesquisa é descritiva, explicativa e quantitativa e tem como população-alvo as instituições financeiras de modo geral tendo o critério de inclusão o fato de aderirem ao UNEPFI, que representa o braço da ONU para Finanças e Meio ambiente. O estudo é documental e faz um levantamento em todas as firmas na categoria “*Financial Services*” nas atividades de Bancos, seguradoras, agências de Investimentos vinculadas a UNEPFI em corte transversal, na situação atualizada em julho/2021 das referidas instituições.

A população consistiu em 416 entidades, oriundas de todas as regiões e em todos os continentes, entre os quais foi selecionada a região das Américas, o Novo Mundo, selecionada

para a realização desse estudo acerca da adesão de instituições financeiras às pautas de sustentabilidade. A seleção se deu com base no julgamento de que a região abriga grandes contrastes sociais e econômicos, cultura diversificada, ao tempo em que possui grandes redutos ambientais, podendo revelar convergências e divergências em suas práticas. A possibilidade de conhecer a situação de adesão à Agenda 2030, com perfil de alinhamento aos ODS e sua prevalência podem contribuir para avançar nessa ação.

Após a seleção a amostra do estudo constituiu-se de 97 instituições financeiras sediadas na região das Américas Latina, Caribe e América do Norte. O estudo utiliza informações contidas em relatos de sustentabilidade do Pacto Global (UNGC), Princípios para um Banco Responsável (PRB), divulgados pelas respectivas Instituições Financeiras disponibilizados nas respectivas bases da ONU e UNEPFI, além da base do Reporte SDG 2021 e os sítios eletrônicos institucionais das instituições financeiras pesquisadas.

A técnica de coleta adotada foi a observação estruturada considerando um conjunto de variáveis para caracterização das Instituições financeiras, como sujeitos do estudo, as condições de adesão dessas instituições aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e pautas de sustentabilidade (ESG) como objetos de estudo. As Variáveis do Estudo estão no quadro 1:

Variáveis de caracterização	Instituição financeira participante
Pais	Região de localização de cada banco – variável nominal
Região	América do Norte, América Latina e Caribe – variável nominal
Atividade	Bancos, Seguros e Investimentos – variável nominal
PRB	Adesão aos Princípios para um Banco Responsável (PRB) (0 = não; 1 = sim)
PSS	Adesão aos Princípios p/Sustentabilidade em Seguros (PSS) (0 = não; 1 = sim)
UNGC	Fez relato ao Pacto Global da ONU (0 = não; 1 = sim)
SDG	Alinhamento aos ODS (0 = não; 1 = sim)

Quadro 2: variáveis de caracterização e pautas de sustentabilidade

Fonte: Elaboração própria com base em Pesquisa documental

No tocante aos ODS, o alinhamento contempla a adesão formal ao Pacto Global da ONU (UNGC) e à prestação de contas por meio de Relatório sistemático, nos quais restam consignados, publicamente, os ODS estabelecidos como prioridade de ação estratégica e definição de materialidade, formalizado junto à comunidade financeira da ONU, pelas referidas instituições financeiras em relato formal que reflita esse alinhamento (Quadro 3).

Objetivo	Descrição	ESG
1. Erradicação da Pobreza	Acabar com a pobreza em todas as suas formas e lugares	S
2. Fome Zero, Agricultura Sustentável	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável	S
3. Saúde e Bem-Estar	Assegurar vida saudável, promover bem-estar a todos, em todas idades	S
4. Educação de Qualidade-	Assegurar educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem para todas e todos	S
5. Igualdade de Gênero	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas	S
6. Água Potável e Saneamento	Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos	A
7. Energia Limpa e acessível	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos	A
8. Emprego e crescimento econômico	Promover crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno produtivo, trabalho decente p/todas e todos	G
9. Indústria, Inovação e Infraestrutura	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	G
10. Redução Desigualdade	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles	S
11. Cidades e comunidades sustentáveis	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	A
12. Consumo, Produção Responsáveis	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	A

13. Ação x Mudança Global do Clima	Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos (*)	A
14. Vida na Água	Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável	A
15. Vida Terrestre	Proteger, recuperar, promover uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir florestas, biodiversidade, deter desertificação, degradação da terra	A
16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes	Promover sociedades pacíficas e inclusivas p/construir instituições, acesso à justiça p/todos, eficazes, responsáveis p/desenvolvimento sustentável	G
17. Parcerias e meios de implementação	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável	G

Quadro 3: ODS, conceitos e dimensão ESG (Legenda: A=Ambiental; S=Social; G=Governança
Fonte: ONU (adaptação do autor)

Para o alinhamento aos ODS foram verificadas as declarações de adesão nos relatos de sustentabilidade do Pacto Global e do PRB onde as instituições financeiras formalizam o compromisso, executam a análise da materialidade priorizam os objetivos e metas que consideram adequado aos seus negócios e/ou possível de cumprir, de modo que ficam registradas nesses relatos. O alinhamento dos ODS foi medido por objetivo em cada uma das instituições financeiras da amostra como variável dummy, sendo 0 = não e 1 = sim).

Para medir os Vazios Institucionais, foi considerado um indicador “Pilar Institucional”, que é parte do *Global Competitiveness Report* – GCI, que classifica os países conforme a qualidade de suas instituições (*World Economic Forum*, 2014). Há quase 10 anos, o Índice de Competitividade Global (GCI) é utilizado pelo Fórum Econômico Mundial para avaliar o nível de produtividade de uma economia, que determina seu potencial de crescimento de longo prazo.

A escala de desempenho do referido indicador leva em conta o padrão de melhor qualidade institucional. O país com melhor qualidade estará classificado na posição 1 e a classificação numérica mais alta no índice têm qualidade institucional inferior, de modo que os *gaps* institucionais estarão associados as maiores pontuações. Esta variável foi nomeada como “Ranking de Vazios Institucionais” consultado no *Report 2021* que contém 141 países, portanto a variável é numérica e se refere à classificação obtida pelos Países no indicador Instituição previamente informada no GCI. Esse indicador se compõe do conjunto de itens e critérios especificado no Quadro 4 e observar seus diferentes contextos institucionais (WEF, 2021).

Pilar 1: Instituições	0–100
A. segurança	1–7 (best)
1.01 Crime Organizado	rate per 100,00 pop
1.02 Taxa de homicídio	0 (very high) - 100(noIncidence)
1.03 Incidência de terrorismo	1–7 (best)
1.04 Confiabilidade dos serviços policiais	0–100
B. Capital social	0–100
1.05 Capital social	0–100 (best)
C. Controles e saldos	0–100
1.06 Transparência do orçamento	0–100 (best)
1.07 Independência judicial	1–7 (best)
1.08 Eficiência da estrutura legal em regulamentações desafiadoras	1–7 (best)
1.09 Liberdade de imprensa	0–100 (worst)
D. Desempenho do setor público .	0-100
1.10 Ônus da regulamentação governamental	1–7 (best)
1.11 Eficiência do quadro jurídico na resolução de litígios	1–7 (best)
1.12 E-Participação	0-100
E. Transparência	0-100
1.13 Incidência de corrupção	1–7 (best)

F. Direitos de propriedade	0-100
1.14 Direitos de propriedade	1–7 (best)
1.15 Proteção de propriedade intelectual	1–7 (best)
1.16 Qualidade da administração de terras	0–30 (best)
G. Governança corporativa	0–100
1.17 Força dos padrões de auditoria e contabilidade	1–7 (best)
1.18 Regulamentação de conflito de interesses	0–10 (best)
1.19 Governança de acionistas	0–10 (best)
H. Orientação futura do governo .	0–100
I. Adaptabilidade do governo .	0–100
1.20 Governo garantindo estabilidade política	1–7 (best)
1.21 Resposta do governo à mudança	1–7 (best)
1.22 Adaptabilidade do quadro legal para modelos de negócios digitais	1–7 (best)
1.23 Visão de longo prazo do governo	1–7 (best)
II. Compromisso com a sustentabilidade	
1.24 Regulamento de eficiência energética	0–100 (best)
1.25 Regulamento de energia renovável	0–100 (best)
1.26 Tratados ambientais em vigor	contagem (de 29)

Quadro 4: Pilar Institucional, do *Global Competitiveness Report* – GCI,
Fonte: *World Economic Forum*, 2014

A análise de dados é explicativa, utilizou a estatística descritiva para explorar os dados com ajuda do SPSS e aplicada uma correlação bivariada de *Spearman*, para medir a força de associação entre as variáveis e a direção da relação, sendo adotado esse coeficiente (*Rô*) tendo em vista a existência de variáveis ordinais entre os itens analisados. Para análise e força da relação, o valor do coeficiente de correlação varia entre +1 (associação direta) e -1 (relação inversa), onde 1 indica associação perfeita e 0 nenhum relacionamento (MALHOTRA, 2011)

Para avaliar o tamanho do efeito foi considerado o padrão de Cohen que verifica o coeficiente de correlação para determinar sua força, sendo o Coeficientes *Rô* conforme a seguir: a) entre 0.10 e .29 representam uma pequena associação; b) de 0.30 a 0.49 representam uma associação média; e c) a partir de 0.50 e superiores representam uma grande associação.

Para análise do impacto causado pelas variáveis “continente” e “atividade financeira” e dos “vazios institucionais” sobre o “alinhamento aos ODS”, foi usado o teste de Kruskal-Wallis que é um método não paramétrico para testar se amostras apresentam a mesma distribuição. É uma análise de variância de um fator em postos (MALHOTRA, 2011). Foi utilizado a opção de K amostras para comparar 3 ou mais grupos independentes, avaliados por meio de uma variável dependente quantitativa que não tem distribuição normal ou para variáveis qualitativas ordinais.

A análise de dados envolveu também a categorização dos ODS adotados dentro dos pilares ESG – Ambiental, Social e de Governança, bem como o perfil das instituições, quanto ao tipo de atividades, país e continente de origem. Adicionalmente, foi incluída a variável de *ODS-RankingDesempenhoPaís* adotada como controle para balizar a discussão e comparação do grau de alinhamento eventualmente identificado nas instituições estudadas. A variável é um índice gerado na avaliação global de progresso dos países em relação ao cumprimento dos ODS e complementa os indicadores oficiais e análises voluntárias nacionais (SACHS ET AL, 2021).

O cálculo do Índice ODS para o Relatório de Desenvolvimento Sustentável compreende três etapas: (i) estabelecer limites de desempenho e censurar valores extremos a partir da distribuição de cada indicador; (ii) redimensionar os dados para garantir a comparabilidade entre os indicadores (normalização); (iii) agregar os indicadores dentro e entre os ODS. Para tornar os dados comparáveis entre os indicadores, cada variável foi redimensionada de 0 a 100, com 0 denotando o pior desempenho possível e 100 descrevendo o desempenho ideal.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos dados levantados foram identificadas 416 instituições financeiras membros do UNEPFI oriundas de todos os continentes, das quais 97 se localizam no continente americanos, distribuídas nas categorias de bancos (61,6%), seguros (24,2%) e agências de investimento (14,1%). Das 97 entidades, 37 estão concentradas na América do Norte, em apenas dois países, que são o Canadá (17) e EUA (20). As demais instituições (60) se localizam em 16 países na América Latina e Caribe com maior concentração no Brasil (17) e México (9). Os países de origem das IF, em número de 18, são Argentina, Brasil, Colômbia, Equador, Paraguai, Costa Rica, El Salvador, Panamá, República Dominicana, EUA, Canada, México, Chile, Nicarágua, Peru, Suriname, Trinidad e Tobago, Venezuela.

Considerando os achados sobre o alinhamento das IF americanas aos ODS, em seu conjunto, foi identificado que apenas 38 (39,2%) entidades estão alinhadas aos ODS, de modo que, entre as 97 instituições financeiras localizadas nas Américas e listadas como membros da UNEPFI, restam ainda 59 (60,8%) que não se engajaram no Pacto Global da ONU e que não aderiram ao compromisso da Agenda 2030.

Uma pesquisa levantada pela *Bloomberg* (2018) dá conta de que as organizações líderes se têm dedicado aos ODS e a evitar o ônus da omissão e a ONU espera que as nações possam obter a ajuda de empresas, engajamento da sociedade e que muitas entidades possam se unir para gerenciar riscos e investir em oportunidades até 2030, para que haja progresso.

Em 2019, a PwC consultou mais de 1.400 companhias buscando suprir uma lacuna de *disclosure* corporativo nessa temática e mostrou que 72% mencionam os ODS em seus relatos corporativos, 14% têm alvos específicos relacionados aos ODS, contudo, apenas 1% relatam seu desempenho em relação às metas ODS.

No presente estudo, o grau de alinhamento das IF americanas não alcançou 40% do conjunto de empresas que constitui o setor de Financial Service das Américas que é membro do braço financeiro da ONU para o meio ambiente. O estudo de correlação bivariada com Rô de Spearman mostrou associação de baixa intensidade entre os ODS 1, 4, 5, 7, 8, 9, 13 e 16 e a variável Região do Globo, o que evidencia que a localização do continente pode exercer algum impacto. Ao aprofundar essa análise nas 38 firmas, observou-se larga superioridade de alinhamento das IF da América Latina e Caribe (33%) em comparação com a América do Norte (6%) e ao confrontar a situação do alinhamento por atividades financeiras constata-se maior adesão da atividade financeira de Bancos (36%), e da atividade de seguros (3%) e ressaltando-se que não houve alinhamento aos ODS pelas firmas na atividade de investimento (Quadro 5).

Objetivos N=97	% de IF alinhamento N=38	América Do Norte N=6	América Latina e Caribe N=32	Bancos N=35	Seguros N=3
1-Eradicar a Pobreza	19,6%	3,1%	16,5%	19,6%	-
2-Eradicar a Fome	8,2%	2,1%	6,2%	8,2%	0,0%
3-Saúde de Qualidade	19,6%	4,1%	15,5%	16,5%	3,1%
4-Educação de Qualidade	24,7%	3,1%	21,6%	21,6%	3,1%
5-Igualdade de Gênero	28,9%	4,1%	24,7%	25,8%	3,1%
6-Água Limpa e Saneamento	11,3%	2,1%	9,3%	10,3%	1,0%
7-Energias Renováveis	21,6%	4,1%	17,5%	19,6%	2,1%
8-Emprego e Crescimento Econômico	29,9%	5,2%	24,7%	26,8%	3,1%
9-Inovação e Infraestrutura	21,6%	4,1%	17,5%	19,6%	2,1%
10-Redução de Desigualdades	17,5%	3,1%	14,4%	16,5%	1,0%
11-Cidades Sustentáveis	14,4%	3,1%	11,3%	12,4%	2,1%
12-Consumo e Produção responsáveis	23,7%	3,1%	20,6%	21,6%	2,1%
13-Mudança do Clima	30,9%	5,2%	25,8%	28,9%	2,1%
14-Vida na Água	3,1%	1,0%	2,1%	3,1%	-
15-Vida na Terra	5,2%	1,0%	4,1%	5,2%	-
16-Paz, Justiça e Instituições Eficazes	18,6%	3,1%	15,5%	16,5%	2,1%
17-Parcerias e Meios de Implementação	20,6%	4,1%	16,5%	18,6%	2,1%

Quadro 5: Alinhamento da IF Americanas aos ODS por Continente e Atividade

Fonte: análise de dados secundários

Os resultados da estatística descritiva permitem confirmar à hipótese 1, de que o alinhamento aos ODS das instituições financeiras participantes da UNEPFI é diferente nas regiões das Américas Latina e Caribe e América do Norte. A diferença no alinhamento tem significância estatística, seja em decorrência da região de origem ou das atividades financeiras e isso fica evidenciado por meio da anova de Kruskal-Wallis, que evidenciou a diferença na distribuição das variáveis com 99% de certeza de que a atividade financeira e o continente de origem estabeleceram impacto no grau de alinhamento aos ODS pelas IF americanas. A análise pós-hoc mostrou que as diferenças enfatizam a atuação da América Latina e Caribe (Quadro 5) como região de maior alinhamento aos ODS e esse achado permite rejeitar a hipótese 2 de que o Grau de alinhamento aos ODS é maior na economia desenvolvida, a América do Norte, que nas economias emergentes, a América Latina e Caribe.

Considerando a Atividade Financeira desempenhada pelas IF, pode-se evidenciar a diferença do alinhamento aos ODS. Essa análise foi executada inicialmente por meio da correlação bivariada, na qual o coeficiente de *Spearman*, mostrou associação moderada entre atividade financeira e grau de alinhamento ODS (0,437**) e entre atividade financeira e adesão aos princípios para um Banco Responsável (PRB) (0,695**) com significância

estatística ao nível de 99% em ambos os casos, não havendo associação entre o grau de alinhamento e adesão aos princípios de sustentabilidade em seguros (PSS). Adicionalmente, o teste Kruskal Wallis permitiu confirmar esse resultado ressaltando a diferença entre a distribuição das variáveis a maior atuação pelo setor de Bancos em comparação às demais atividades (Figura 2).

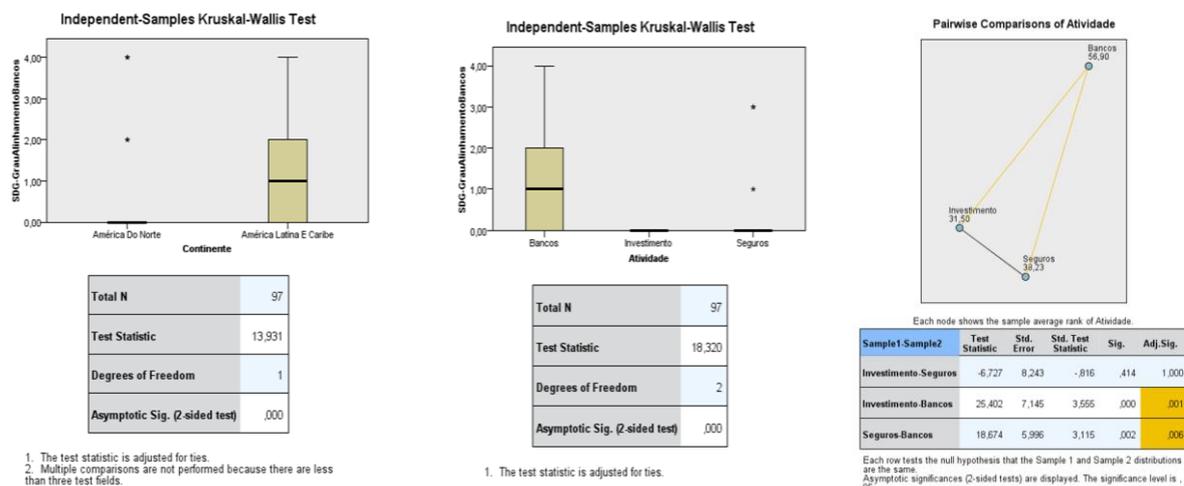


Figura 1: Teste K-W Continente
Fonte: Análise de dados secundários

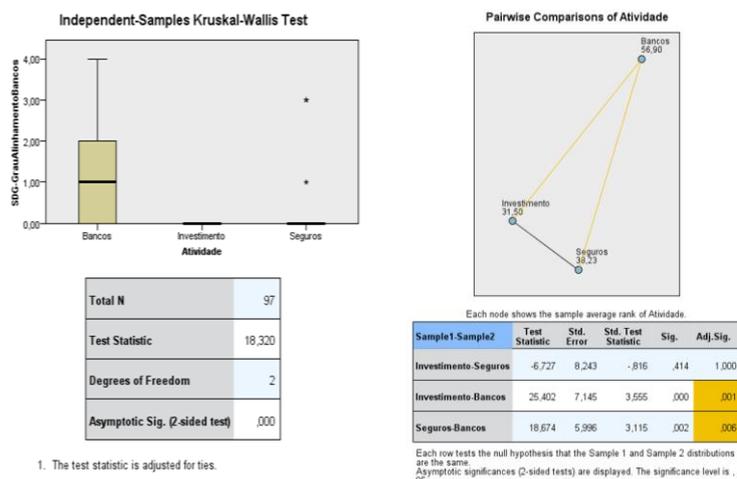


Figura 2: Teste K-W Atividade Financeira
Fonte: Análise de dados secundários

Esse resultado permitiu confirmar parcialmente a **hipótese 3** de o Grau de alinhamento aos ODS pelas Instituições Financeiras está associado à atividade financeira e é maior na IF signatárias do PRB. Contudo não foi possível confirmar que a adesão aos PSS tenha alguma associação ao grau de alinhamento aos ODS nas Instituições financeiras americanas, o que também pode ser ilustrado nos resultados da estatística descritiva, onde se vê a adesão aos princípios de responsabilidade bancária supera duas vezes a adesão ao equivalente na atividade de seguros (Quadro 6).

Adere ao PRB	Frequency	%	% Cumulative	Adere ao PSS	%	Percent	% Cumulative
Não	41	42,3	42,3	Não	77	79,4	79,4
Sim	56	57,7	100,0	Sim	20	20,6	100,0
Total	97	100,0		Total	97	100,0	

Quadro 6: Adesão ao PRB e PSS por IF americanas membro do UNEPFI
Fonte: análise de dados secundários

Considerando a prevalência de ODS adotados pelas IF americanas, esta pesquisa verificou os principais objetivos alinhados e seu grau de alinhamento, com base no modelo do MSCI e usando a classificação ESG, que envolve as questões ambientais, sociais e de governança. Os resultados mostraram a maior adesão aos ODS 13-Mudança do Clima (30,9%) no Pilar Ambiental, o ODS 5-Igualdade de Gênero (28,9%), no pilar social e ODS 8-Emprego e Crescimento Econômico (29,9%) no Pilar Governança. Por outro lado, verificou-se a menor adesão nos ODS 6-Água Limpa e Saneamento (11,3%), 15-Vida na Terra (5,2%) e 14-Vida na Água (3,1%) e 2-Eradicar a Fome (8,2%) respectivamente ligados às dimensões de meio ambiente e social, mostrando uma situação crítica nesses aspectos (Quadro 7).

Esse resultado rejeita parcialmente a **hipótese 4** quanto à predominância dos ODS adotados nas IF americanas, pois os ODS prevalentes estão inseridos em todos os Pilares ESG, sendo que o ODS 13 do Pilar ambiental prevalece sobre os demais, juntamente com o ODS 5- Igualdade de Gênero. Os resultados desta pesquisa podem ser comparados com a pesquisa da MSCI realizada em agosto/2020 junto a 8.550 empresas. O estudo da MSCI

identificou que o **ODS 8-Emprego e Crescimento Econômico** que foi prevalente no alinhamento de Bancos americanos também obteve o mais alto grau de apoio e alinhamento em 15% das empresas avaliadas.

Grau de alinhamento	% de alinhamento IF Dimensão Ambiental	% de alinhamento IF Dimensão social	% de alinhamento IF Dimensão Governança
Mais alinhados	13-Mudança do Clima (30,9%) 12-Consumo e Produção responsáveis (23,7%)	5-Igualdade de Gênero (28,9%) 4-Educação de Qualidade (24,7%)	8-Emprego e Crescimento Econômico (29,9%)
Mais ou menos Alinhados	7-Energias Renováveis (21,6%) 11-Cidades Sustentáveis (14,4%)	1-Eradicar a Pobreza (19,6%) 3-Saúde de Qualidade (19,6%) 10-Redução de Desigualdades (17,5%)	9-Inovação e Infraestrutura(21,6%) 16-Paz, Justiça e Instituições Eficazes (18,6%); 17-Parcerias e Meios de Implementação (20,6%)
Menos alinhados	6-Água Limpa e Saneamento (11,3%); 15-Vida na Terra (5,2%); 14-Vida na Água (3,1%)	2-Eradicar a Fome (8,2%)	

Quadro 7: ODS prevalentes nas IF americanas conforme categorias ESG

Fonte: análise de dados secundários

As empresas manifestaram o apoio ao emprego inclusivo, e oferta de capacitação econômica e soluções. Há evidências de controvérsias na adesão às normas trabalhistas. Apenas 8% das empresas americanas se alinharam com este ODS, em comparação com 15% para a Austrália e Nova Zelândia, 17% para a Europa e 19% para a Ásia. Em segundo lugar, o MSCI identificou nessa categoria os ODS 5 E 10 com mais tendência de adesão a esses ODS nas empresas domiciliadas na Europa em comparação com empresas de outras regiões. Por outro lado, o mesmo estudo (MSCI, 2020) identificou os ODS 13-Mudança do Clima, 12-Consumo e Produção responsáveis e 7-Energias Renováveis que surgem como muito citados pelas empresas (8%), porém, efetivamente, tiveram o maior grau de desalinhamento.

Observam-se pontos em comum na prevalência dos ODS 8 e 5 com diferenças na ordem e no percentual de adesão. De outro modo observam-se divergências quanto aos ODS 13 e 12 identificados neste estudo com grande prevalência.

6.1 IMPACTO INSTITUCIONAL E ALINHAMENTO AOS ODS

Os resultados para esse estudo quanto aos dados que compõem o escore institucional e o Ranking de Vazios Institucionais atingira a expectativa considerada nos pressupostos do estudo quanto aos contrastes existentes nas Américas. A classificação de maior qualidade nas Américas foi do Canadá, com posição 13 (o primeiro lugar no período foi atingido pela Finlândia) e o escore de 74,1% de institucionalização de uma escala de 100 pontos, validando seu sistema Segurança, Controles e freios; Desempenho do setor público e Transparência na gestão e uso de recursos. Ressaltando os Direitos humanos e Direitos de propriedade, a Governança corporativa e o Compromisso da nação com a sustentabilidade (WEF, 2014). O ranking de pior qualidade foi da Venezuela (141 de 141) evidenciando uma posição de grande desvantagem a o referido país.

A média alcançada pelo conjunto das nações americanas nesse estudo (N=97) alcançou uma qualidade institucional de 65 sendo os percentis 20, 88 e 99 (de 141) e o escore médio foi de 75 com percentis 48, 51 e 71 (de 100 pontos). O resultado da correlação de Spearman mostrou grande associação (0,665) direta e positiva entre os scores de vazios institucionais e o Ranking que mede o Desempenho do País na execução dos ODS. Essa relação possui significância estatística pois há probabilidade 99% de acerto nesse resultado e significa que quanto mais alto for o grau de institucionalização medido pelo score, maior será o desempenho do país na realização dos ODS. Porém, os scores de institucionalização mantiveram baixa associação com o Grau de alinhamento das IF sem significância estatística.

Além disso, o coeficiente de *Spearman* demonstrou grande associação (-0,759) inversa e negativa entre o Ranking de vazios institucionais e o Ranking que mede o Desempenho do País na execução dos ODS. Essa relação possui, igualmente, significância estatística pela probabilidade de 99% do acerto dessa afirmação e significa que quanto menor for a classificação do país no grau de institucionalização medido pelo Ranking, maior será o desempenho do país na realização dos ODS. Por outro lado, quanto maior for sua classificação numérica, menor será seu grau de institucionalização e, portanto, apresentará maior vazio institucional, correspondendo a menor realização nos ODS. Este resultado corrobora com a afirmação de que os Vazios institucionais estão associados aos ODS e trazem impacto.

Quanto ao alinhamento das Instituições Financeiras (IF), os resultados demonstraram que existe baixa associação entre o alinhamento ODS (0,253*) e os Ranking de Vazios Institucionais e deste último com o Grau de Alinhamento (0,244*) mas a correlação é consistente, positiva e direta, evidenciando a existência de lacunas institucionais estiveram associadas à adesão e intensidade de adesão aos ODS pelas IF americanas. O baixo grau de associação não representa explicações, mas pode sinalizar que as IF podem escolher seu alinhamento de acordo com suas prioridades, pelo que pode ser relevante o estudo da materialidade das decisões das IF.

Adicionalmente foi identificada associação negativa e de baixa intensidade entre o Desempenho dos Países na realização dos ODS e as variáveis de score e ranking de vazios institucionais (Quadro 8).

Spearman's rho		Scores-Vazios InstitucionaisPaís	ODS-Ranking Desempenho País	ODS-Grau AlinhamentoIF	RankingVazios Institucionais País
ScoreVaziosInstituci onaisPaís	CorrelCoeff	1,000	,665**	-,182	-,890**
	Sig. (2-tailed)		,000	,077	,000
	N	96	96	96	96
ODS-Ranking DesempenhoPaís	CorrelCoeff	,665**	1,000	-,255*	-,759**
	Sig. (2-tailed)	,000		,012	,000
	N	96	97	97	97
ODS-Grau AlinhamentoIF	CorrelCoeffi	-,182	-,255*	1,000	,244*
	Sig. (2-tailed)	,077	,012		,016
	N	96	97	97	97
Alinhamento ODS IF	Correl Coeff	-,196	-,231*	,892**	,253*
	Sig. (2-tailed)	,055	,023	,000	,013
	N	96	97	97	97

Quadro 8: Análise de Correlação entre ODS e Vazios Institucionais

Fonte: Análise de dados

A Anova de Kruskal Wallis aplicada para medir o impacto do Ranking de Vazios Institucionais sobre o alinhamento dos ODS pelas IF e seu Grau de Alinhamento revelou que esse impacto existe e que ele ocorre em ODS específicos, ou seja, nem todos os ODS foram afetados no período estudado nas IF alinhadas. Entretanto, o resultado mostrou robustez ao demonstrar que existe impacto dos vazios institucionais no Grau de Alinhamento aos ODS, afetando 10 entre os 17 objetivos. Essa influência se mostrou consistente e de relevância estatística, pois permite afirmar com 99% de acerto no resultado, exceto pelo ODS 15 que teve 6% de probabilidade de erro.

Kruskal Wallis Test	ODS 1	ODS 2	ODS 3	ODS 4	ODS 5	ODS6	ODS 7	ODS 12	ODS 15	ODS 17
Chi-Square	32,964	47,309	31,436	34,380	34,519	41,633	33,835	32,708	38,274	38,457
df	16	16	16	16	16	16	16	16	16	16
Asymp. Sig.	,007	,000	,012	,005	,005	,000	,006	,008	,001	,001
Monte Carlo Sig.	,004 ^c	,002 ^c	,007 ^c	,001 ^c	,000 ^c	,001 ^c	,002 ^c	,002 ^c	,042 ^c	,000 ^c

Quadro: Anova Kruskal Wallis para RankingVazios Institucionais País e seu impacto dos ODS

Fonte: Análise de dados

Os resultados obtidos permitem confirmar a Hipótese 5 de que o Grau de alinhamento aos ODS é influenciado pelos vazios institucionais e com isso fica consignado que as lacunas

institucionais têm impacto no alcance dos ODS, de modo que quanto maior a lacuna institucional menor o desempenho e vice-versa e reforça os achados de que os vazios institucionais afetam o alinhamento das IF aos ODS, bem como o alcance do desempenho dos países, que não conseguem, também, realizar os referenciados objetivos

Considerando o Ranking de Desempenho País levantado na WEF (2021), no conjunto das nações presentes nesse estudo o melhor resultado foi do ODS 7 (Energia Limpa e Acessível), com grandes desafios em vários outros ODS. Já no confronto com outras regiões do planeta, refletem fraco desempenho de todos os países da região no ODS 10 (Redução de Desigualdades). Houve certo avanço nos ODS 3 (Saúde e Bem-estar), ODS 6 (Água Limpa e Saneamento) e ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), contudo permanecem problemas de infraestrutura, acesso e qualidade aos principais serviços que os viabilizam.

O estudo do WEF (2021) registra que a região enfrenta problemas de insegurança, com as maiores taxas de homicídio, altos níveis de corrupção percebida e crescente parecem ilustrar o fraco desempenho do ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Fortes). Por outro lado, o fraco desempenho dos ODS 12 e 15 na região é compartilhado com o resto do mundo, pois não há cuidados com o meio ambiente, havendo mesmo hostilidade e prevalecendo a preocupação com o crescimento econômico em confronto com o impacto ambiental.

O desempenho País traz o resultado sobre as realizações das nações e seu desempenho ante a Agenda 2030, como uma situação de acerto do alvo, alcance dos objetivos. Em confronto com os resultados da presente pesquisa nas IF americanas, observou-se diferentes situações de alinhamento, seja na comparação com as tendências e prioridades de situações diversas, evidenciando múltiplas estratégias para a Ambição ODS da Agenda 2030 e grande complexidade nessa ação.

Ressalta-se a relevância da participação das IF como facilitadoras de acesso inclusivo ao financiamento, levantando capital nos mercados globais. A inclusão financeira se apresenta como fator que favorece desenvolvimento sustentável em oito dos dezessete ODS, e cada há mais evidências de que contribui para os sistemas economias financeiras e mais estáveis, aumentando os recursos internos por meio de economias nacionais e ajudando a aumentar a receita pública (UNGC, 2021). Por sua vez, o setor de Seguro desempenha um papel fundamental na expansão de financiamento dos ODS para soluções e mercados de risco apenas para financiamento comercial. Seguros e garantias podem ser mecanismos eficazes para atrair capital privado (UNGC, 2021).

7 CONCLUSÕES

Este trabalho teve como objetivo analisar como os Vazios Institucionais impactam no alinhamento de Instituições Financeiras aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e Agenda 2030. Considerando os resultados quanto às hipóteses foi possível chegar a algumas conclusões. A primeira conclusão do estudo demonstrou que existem diferenças no Grau de alinhamento das IF que participam das pautas de sustentabilidade da ONU em seu braço financeiro p o meio ambiente (UNEPFI) (H1) e essa diferença fica evidenciada tanto por regiões quanto por atividade financeira. Conclui-se, também, que o Grau de alinhamento, ou seja, a adesão, se mostrou bem maior na Região da América Latina e Caribe do que na América do Norte (H2). Esse fato mostrou-se surpreendente, pois a expectativa de que economias desenvolvidas com mais disponibilidade de recursos e cultura favorável a ações sustentáveis não se confirmou. Aqui pode ter alguma associação com dimensão política nos EUA durante o último quadriênio, porém não foi parte desse estudo o que se aventa como hipótese para novas pesquisas.

O estudo permite concluir, ainda, que o maior grau de alinhamento se deu nas IF com atividade financeira bancária (H3), que constituíram a maioria, conquanto haja participação de firmas seguradoras, não havendo nenhuma empresa da atividade de investimentos. Esse

resultado mostrou que não há no período qualquer evidência de alinhamento desse segmento à Agenda 2030, o que remete à hipótese de que sua atuação em pautas ESG possa estar direcionada à Mudanças Climáticas e ao acordo de Paris, o que fica como sugestão de novos estudos. Adicionalmente, ficou confirmado que as condições de signatários de Princípios de Sustentabilidade da UNEPFI determinaram maior alinhamento das IF, especialmente os Princípios para um Banco Responsável.

Conclui-se, mais uma vez, que há prevalência de alinhamento das IF americanas aos ODS 13 (Mudanças Climáticas), 5 (Igualdade de Gênero) e 8 (Emprego e crescimento econômico) e não houve preferência por uma dimensão específica quanto ao pilar social, ambiental ou de governança e com isso rejeitou a Hipótese 4, parcialmente confirmada com a inserção dos ODS 5 e 8. Havia expectativa não confirmada de valorização da dimensão social, com ênfase na Eliminação da Pobreza, Redução da Desigualdade, por força das questões econômicas regionais, o que remete ao aprofundamento do tema.

Por fim foi confirmada a Hipótese 5 permitindo concluir que o Grau de alinhamento aos ODS é impactado pelos vazios institucionais e que essa situação tem impacto no alcance dos ODS, de modo que quanto maior a lacuna institucional menor o desempenho e vice-versa e corrobora os achados de que as lacunas institucionais influenciam o alinhamento das IF aos ODS podendo refletir no alcance do desempenho dos países, que não conseguem, realizar os objetivos e refletir no sucesso da Agenda 2030.

Os achados permitem concluir que existe alto impacto dos Vazios Institucionais sobre o Desempenho do País na realização dos ODS, e menor impacto no Alinhamento, ou seja, a adesão não parece ser condicionada pelos vazios institucionais no segmento de Bancos, o que pode não ocorrer no segmento de seguros e de Investimento.

Finalmente, o estudo contribui com a aplicação de indicadores globais e evidencia ainda uma grande lacuna de atuação do sistema financeiro nas Américas com aderência às pautas de sustentabilidade inferior a 40% das Instituições Financeiras de forma concreta, para além dos discursos, e com o agravante de que as IF de Investimentos não têm qualquer adesão aos ODS no período.

A intermediação financeira por meio de bancos é fundamental porque estabelece um vínculo entre o capital global e as soluções financeiras privadas que são necessárias para viabilizar os ODS. São operações de hipotecas, empréstimos e crédito para apoiar a inclusão financeira. São soluções de crédito e financiamento do consumo de produtos relacionadas aos ODS tais como eficiência energética e energia renovável, modelos de economia circular (UNGC, 2021).

REFERÊNCIAS

Bloomberg Sustainable Business & Finance Survey. The Sustainability Imperative: Business and Investor Outlook. 2018. Disponível em:

<https://data.bloomberglp.com/bna/sites/8/2019/04/The-Sustainability-Imperative-Business-and-Investor-Outlook-2018-Bloomberg-Sustainable-Business-Finance-Survey.pdf> acesso em 2019.

ELKINGTON, J. Cannibals with forks: the **triple bottom line** of 21st century business. Oxford: Capstone, 1997.

UNGC - El Pacto Mundial de las Naciones . Ampliar La Financiación Para Los Objetivos De Desarrollo Sostenible: Inversión Extranjera Directa, Intermediación Financiera y Asociaciones Público-Privadas. Traducción realizada y financiada por la Red Española del Pacto Mundial, 2021.

Freshfields Bruckhaus Deringer, commissioned by The Generation Foundation, UNEP FI, and PRI Association 2021. **A Legal Framework for Impact: Sustainability impact in investor decision-making**. ISBN 978-1-3999-0023-2.

IDOWU, Samuel O.; Leal Filho, WALTER: **Global practices of corporate social Responsibility**. Springer, Heidelberg, 2009, ISBN 978-3-540-68812-9, 508 p.

INFORME DE LOS OBJETIVOS DE DESARROLLO SOSTENIBLE 2020. *Publicación de las Naciones Unidas emitida por el Departamento de Asuntos Económicos y Sociales (DESA)*. Editora: Lois North, 1990).

HOSKISSON, R. E., Eden, L., Lau, C. M., & Wright, M. Strategy in emerging economies. *Academy of management journal*, 43(3), 249-267, 2000.

NORTH, D. C. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge university press, 1990.

JENSEN. Disponível em https://unstats.un.org/sdgs/report/2020/The-Sustainable-Development-Goals-Report-2020_Spanish.pdf acesso em novembro 2020

KHANNA, T., & PALEPU, K. *Winning in emerging markets: A road map for strategy and execution*. Harvard Business Press, 2013

KHANNA, T., & PALEPU, K. Why focused strategies may be wrong for emerging markets. *Harvard Business Review*, 75(4): 41–51, 1997.

KHANNA, T., PALEPU, K. G., & Sinha, J. Strategies that fit emerging markets. *Harvard Business Review*, 83(6): 63–76, 2005.

MALHOTRA, N. *Pesquisa de Marketing: foco na decisão*. SP: Pearson Prentice Hall, 2011.

MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. *American Journal of Sociology*, n.2, p.340-63, 1983.

NORTH, D. C. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge university press, 1990.

POWELL, W. W. DiMAGGIO, P. J. The Iron Cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, p.147-160, Apr. 1983. acesso julho/2020.

PWC - Price Waterhouse Coopers. *SDG Challenge 2019*. Disponível em: <https://www.pwc.com/gx/en/sustainability/SDG/sdg-2019.pdf>

SACHS, J., KROLL, C., LAFORTUNE, G., FULLER, G., WOELM, F. *The Decade of Action for the Sustainable Development Goals: Sustainable Development Report 2021, Includes the SDG Index and Dashboards of 2021*. Cambridge: Cambridge University Press. Disponível em: <https://sdgindex.org/reports/sustainable-development-report-2021/> doi.org/10.1017/9781009106559

SDG COMPASS. **The Guide for Business Action on the SDGs**, World Business Council for Sustainable Development (WBCSD), Geneva, 2016.

SCHRAMMEL, 2013

SHEPSLE, Kenneth A; BONCHECK, Mark S. *Analyzing politics: rationality, behavior, and institutions*. New York: Norton, 1997.

STANDARD CHARTERED. **O capital privado pode ser a chave para a entrega dos ODS**. Disponível em: <https://www.sc.com/en/explore-our-world/private-equity-may-hold-the-key-to-the-delivery-of-the-sdgs/>

UNITED NATIONS. Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais Desenvolvimento sustentável. Conhecimento SDG. <https://sdgs.un.org/goals>

UNEPFI. United Nations Environment Programme Finance Initiative. Disponível em: <<http://www.unepfi.org/investment/pri/>>. Acesso em: 04 out. 2020.

UNA-UK SDGs Building Back Better opt.pdf The Decade of Action.

UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT. <https://unglobalcompact.org/library/5788>

WBCSD. **Sustainability is the biggest economic opportunity of our times**. 2020 <https://www.wbcsd.org/Overview/Panorama/Articles/Sustainability-is-the-biggest-economic-opportunity-of-our-times>